



Multiner – Relatório da Administração 2015

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016 – Multiner S.A. – “Multiner” ou “Companhia” anuncia os resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao quarto trimestre de 2015 (“4T15”). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras da Multiner são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Diretoria

Ricardo Pigatto
Diretor Presidente

Roseane Santos
**Diretora Jurídico,
Regulatório e de Relações
com Investidores**

José Faustino
Diretor Técnico

Relações com Investidores

Tainah Ungierowicz
Especialista de RI

Felipe Morgado
Estagiário de RI

Rosane A. G. Oliveira
Gerente de Contabilidade

ri@multiner.com.br
Tel.: (21) 2272-5548

Visite nosso site
www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa
Insight Comunicação
Contato: Vânia Santos
Tel: (21) 2509-5399



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No ano de 2015, a Companhia e seu corpo diretivo envidaram esforços para (i) incrementar a eficiência operacional dos ativos de geração diante do cenário de despacho ininterrupto; (ii) adotar medidas com objetivo de alcançar a redução de dívida e o aumento de caixa; (iii) elaborar e aplicar as políticas e códigos que favoreçam a adoção de práticas de governança corporativa, sendo certo que, conforme entendimentos prévios, não seriam inseridos no ano de 2015 o cadastramento de novos projetos de geração para fins de participação nos Leilões de Energia.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2015

Em 2015, o consumo nacional de energia elétrica atendido pela rede atingiu 474.682 GWh com declínio de 2,1% em relação ao ano de 2014.

O cenário econômico desfavorável, o agravamento das condições de emprego e renda e as altas tarifas de eletricidade impactaram negativamente o mercado, principalmente a indústria:

O consumo de energia elétrica nas indústrias fechou 2015 com recuo de 5,3% em relação ao ano anterior, totalizando 169.574 GWh, em função do cenário desfavorável de atividade industrial em quase todos os segmentos. O consumo da classe apresentou quedas mensais ao longo do ano, intensificadas no segundo semestre. O último trimestre registrou recuo de 7,7%, o maior do ano e o mais forte já observado para este período desde 2004. São Paulo e Minas Gerais, primeiro e segundo maiores consumidores industriais do país, estão entre os estados com as maiores reduções.

O consumo residencial em 2015, que totalizou 131.315 GWh, apresentou decréscimo de 0,7% em relação ao ano de 2014. Pela primeira vez depois do racionamento de 2001, o consumo médio nas residências brasileiras registrou retração, em dezembro de 2015. Tal resultado se deve principalmente a elevação da tarifa média de eletricidade ao consumidor, impactada tanto pelo índice de reajuste superior a 40%, em algumas distribuidoras do País, quanto pela incidência da bandeira vermelha nas contas de eletricidade.

Vale salientar, também, que a expansão de unidades consumidoras residenciais registrou crescimento de apenas 2,5% em relação a dezembro de 2014, resultado aquém do histórico de 3,5%, em média, desde 2004.

A classe de comércio e serviços, foi a única que apresentou um resultado positivo com um consumo de 90.383 GWh que garantiu um crescimento de 0,6%, em relação a 2014. O resultado, porém, ficou longe da expansão que vinha se realizando nos últimos cinco anos (superior a 6%, em média). O baixo crescimento se deveu ao enfraquecimento da atividade comercial e ao recuo de investimentos no setor. Em termos regionais, coube ao Nordeste a principal contribuição para o resultado ainda positivo da classe. Na região o consumo cresceu 4,3%, devido à maturação de investimentos no setor como um todo, que foram se concretizando ao longo do ano.

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)



DESEMPENHO OPERACIONAL 4T e 2015

Parque Gerador

A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA.

Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Autorização
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
Total Fonte Termelétrica			85		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	30/12/2031
Total Fonte Eólica			151,8		
Total			236,8		

Produção/ Geração

No ano de 2015, foram gerados 983.670 MWh, sendo 419.840 MWh gerados pela UEE Parque Alegria (Alegria I e II) e 563.830 MWh por Cristiano Rocha (RAESA).

A geração de energia observada em 2015 ficou em linha com a geração do ano de 2014, no valor de 989.077 MWh.

No quarto trimestre de 2015, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 61,45 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável pela geração de 58,81 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 64,09 MW médios.

No ano de 2015, o Parque Eólico Alegria I e II foi capaz de gerar excedente de 37,7 GWh em relação a energia contratada. Através desta geração excedente, estima-se que ocorra um ajuste positivo ("bônus") no valor aproximado de R\$ 10 milhões, a serem recebidos em 2016, equivalentes a cerca de 6% do valor da Receita Total anual.

A utilização do *PMS - Performance Monitoring System* e *CMS - Condition Monitoring System* - no monitoramento da condição operativa das turbinas possibilitou a maximização da eficiência na geração de energia e a programação das manutenções corretivas para os períodos de vento fraco, fazendo com que a perda de geração fosse menor.

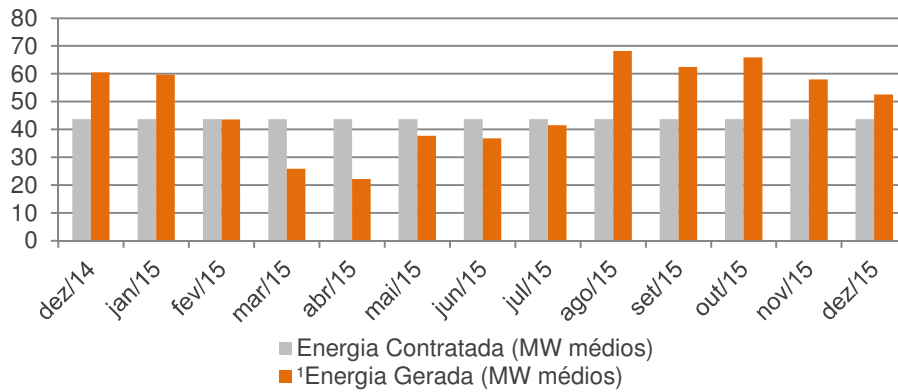
Através do uso do *CMS*, foi possível evitar falhas em 6 *gearboxes*, poupando o projeto de um custo adicional aproximado de R\$ 3 milhões.

A disponibilidade do Parque Eólico de Alegria manteve uma média anual de 98,5%, uma das maiores do Brasil, de acordo com a Vestas.

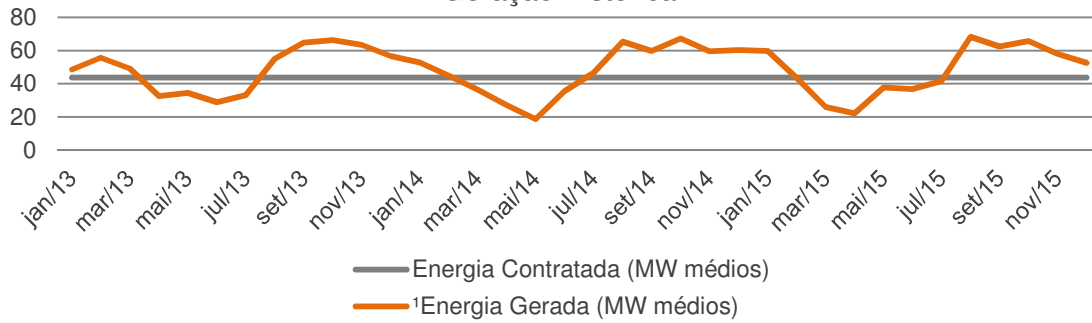
Ainda em Alegria, foi implementada a troca de fornecedores e a renegociação de alguns contratos, que permitiram uma economia de mais de R\$ 310 mil por ano.



Parque Eólico Alegria Geração - 1 ano



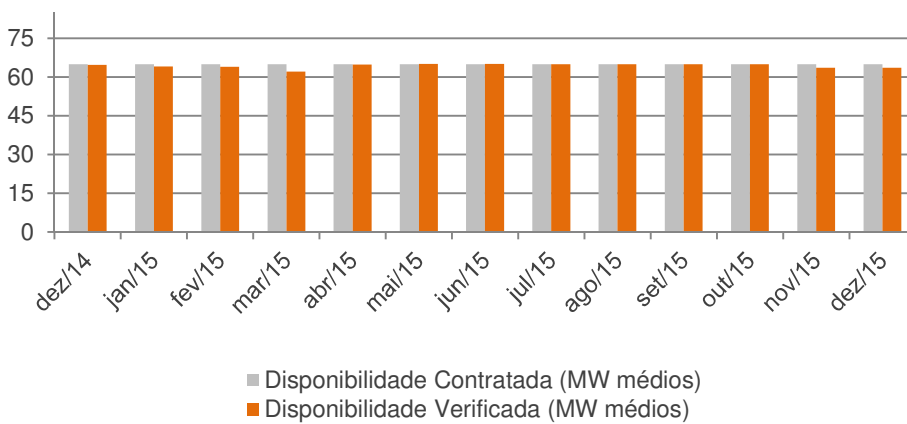
Parque Eólico Alegria Geração Histórica



¹Energia gerada líquida para faturamento

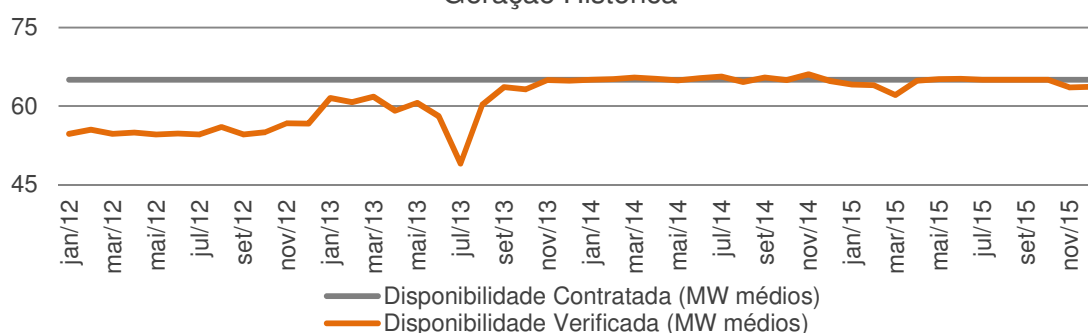
É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida. Como consequência, observa-se uma redução na produção de energia eólica.

UTE Cristiano Rocha - RAESA Disponibilidade - 1 ano





UTE Cristiano Rocha - RAESA Geração Histórica



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4T15	4T14	4T15/4T14	12M15	12M14	9M15/9M14
Receita Líquida de vendas	14.539	13.259	9,7%	53.358	51.592	3,4%
Custo de Produção	(5.873)	(7.004)	-16,1%	(19.097)	(21.390)	-10,7%
Lucro Bruto	8.666	6.255	38,5%	34.261	30.202	13,4%
Despesas Operacionais	(18.591)	(2.973)	525,3%	(43.107)	(84.783)	-49,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(8.394)	(6.889)	21,8%	(31.451)	(30.405)	3,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.197)	3.916	-360,4%	(11.656)	(54.378)	-78,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(9.925)	3.282	-402,4%	(8.846)	(54.581)	-83,8%
Financeiras Líquidas	4.356	(7.734)	-156,3%	(15.107)	(32.598)	-53,7%
Receitas Financeiras	18.723	21.297	-12,1%	91.194	75.820	20,3%
Despesas Financeiras	(14.367)	(29.031)	-50,5%	(106.301)	(108.418)	-2,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21.969)	(11.596)	89,5%	(58.454)	(37.009)	57,9%
Lucro antes dos impostos	(27.538)	(16.048)	71,6%	(82.407)	(124.188)	-33,6%
Impostos e Contribuições	(7.009)	18.526	-137,8%	(4.634)	21.278	-121,8%
Lucro/ Prejuízo do exercício	(34.547)	2.478	-1494,1%	(87.041)	(102.910)	-15,4%

(em milhares de R\$)

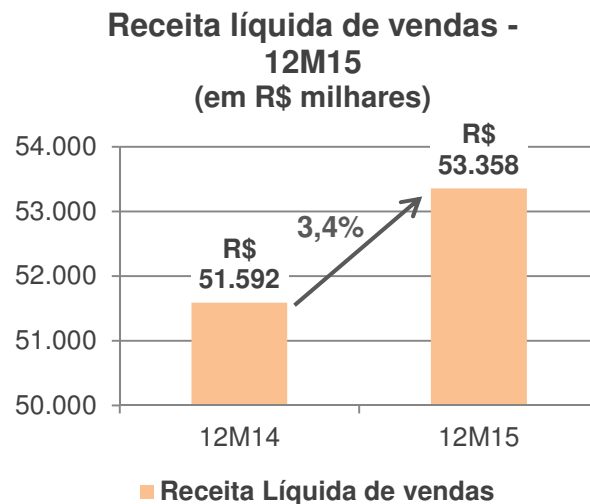
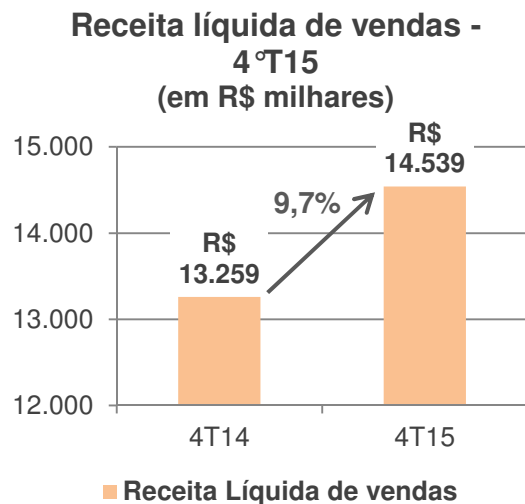


Receita Líquida de Vendas

(em milhares de R\$)

No 4T15, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 9,7%, quando comparada ao quarto trimestre do ano anterior, passando de R\$ 13,3 milhões para R\$ 14,4 milhões.

No ano de 2015 observa-se um crescimento de um pouco mais de 3% comparado ao ano de 2014. No período, foi observado um aumento de 3,5% na receita fixa (potência garantida) enquanto a receita variável (O&M) permaneceu estável.



Custos de Produção de Energia

No ano de 2015, o custo de produção de energia apresentou uma redução de 10,7%, passando de R\$ 21,4 milhões, em 2014, para R\$ 19,1 milhões, nos 12 meses de 2015.

A redução no custo das vendas foi resultado de uma queda de 32% no custo “Material de Consumo” e redução de 18% no custo de “Operação & Manutenção”.

Adicionalmente, a partir de abril de 2015, a Companhia passou a se creditar de PIS e Cofins sobre o custo de aluguel de máquinas e equipamentos, o que também contribuiu para o decréscimo no custo de produção.

É importante destacar que, no último trimestre de 2015, em busca de alternativas para a redução dos custos da aquisição do Óleo Lubrificante, até então fornecidos exclusivamente pela BR Distribuidora, a Companhia, após estudos, optou pela instalação de um tanque próprio na UTE Cristiano Rocha.

A instalação do tanque próprio, com capacidade para 35 m³, permitirá que a Usina adquira Óleo Combustível de outros fornecedores além da BR Distribuidora, como Mobil, Texaco e Shell, após análise do menor preço por litro e melhores condições de pagamento.

A instalação do tanque próprio foi finalizada no início de 2016 e representa uma oportunidade para uma redução de custos na ordem de mais de R\$ 50 mil por mês.

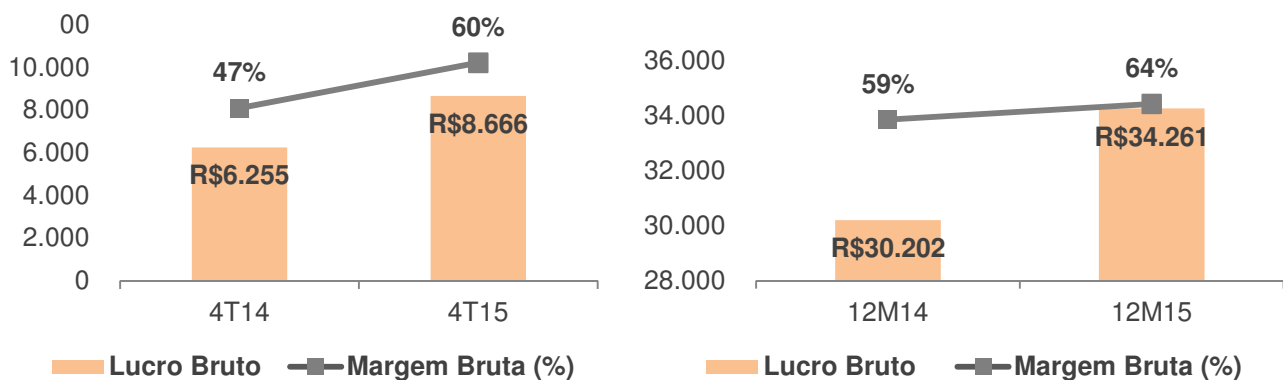


Lucro Bruto

(em milhares de R\$)

No 4º trimestre de 2015, o lucro bruto cresceu 39%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado da redução de 16,1% no Custo de produção e incremento de 9,7% na Receita Líquida de Vendas. A margem bruta apresentou 26% de crescimento no 4º trimestre, ao compararmos com o 4º trimestre de 2014.

Nos doze meses de 2015, o lucro bruto cresceu 13% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado da redução de 10,7% no Custo de produção e incremento de 3,4% na Receita Líquida de Vendas. A margem bruta apresentou 10% de crescimento no ano, ao compararmos com o ano de 2014.



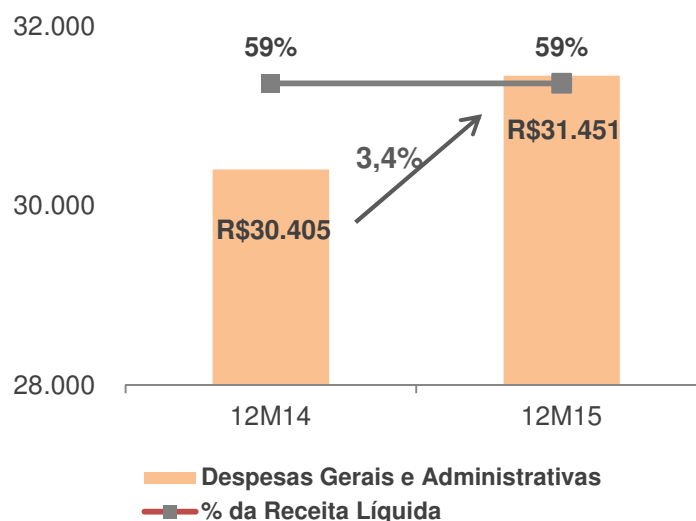
Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R\$)

No ano de 2015, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma elevação de 3,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O aumento no valor das despesas gerais e administrativas pode ser explicado pela variação positiva de 21% na linha de Depreciação e Amortização e aumento de 284% na linha de Impostos e Tributos.

O aumento expressivo na linha de Impostos e Tributos deve-se, majoritariamente, por conta da incidência de PIS e Cofins sobre as Receitas Financeiras, que passaram a vigorar em junho de 2015.





Resultado Financeiro

A seguir segue o resultado financeiro líquido dos doze meses de 2015, comparado com o mesmo período de 2014:

R\$ Milhares	12M15	12M14	Var. %
Variação monetária negativa	(45.573)	(23.247)	96%
Despesa com juros	(45.205)	(62.905)	-28%
Despesa com multas	(485)	(4.070)	-88%
Variação cambial negativa	(8.834)	(11.434)	-23%
Despesa com mútuos	-	(56)	-100%
Despesa com IOF & IOC	(5.568)	(6.029)	-8%
Outras despesas financeiras	(636)	(677)	-6%
Despesas Financeiras	(106.301)	(108.418)	-2%
<hr/>			
R\$ Milhares	12M15	12M14	Var. %
Receita com aplicação financeira	15.401	13.584	13%
Variação monetária positiva	5.920	4.654	27%
Receita com mútuos	40.960	25.724	59%
Variação cambial positiva	4.198	7.524	-44%
Atualização monetária s/créditos tributários	4.053	3.451	17%
Juros s/arrendamento financeiro	20.554	20.708	-1%
Outras receitas financeiras	108	175	-38%
Receitas Financeiras	91.194	75.820	20%
<hr/>			
Resultado Financeiro Líquido	(15.107)	(32.598)	-54%

Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de possuir mais do que a metade do poder de voto na **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, a Multiner S.A não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

O Resultado de Equivalência Patrimonial no ano de 2015: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R\$ 58,4 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R\$ 0,0).

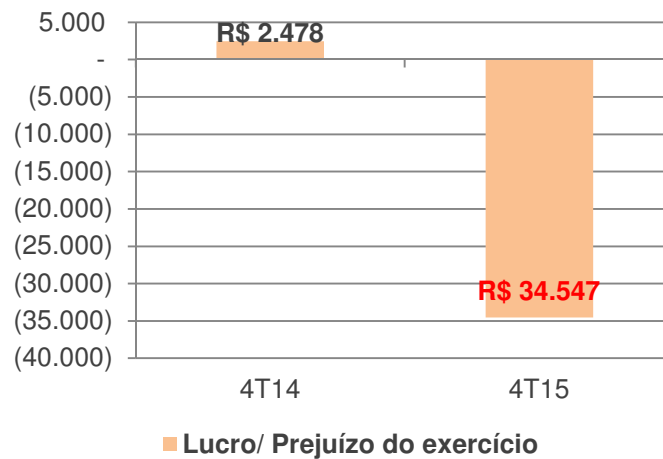


Lucro/ Prejuízo Líquido

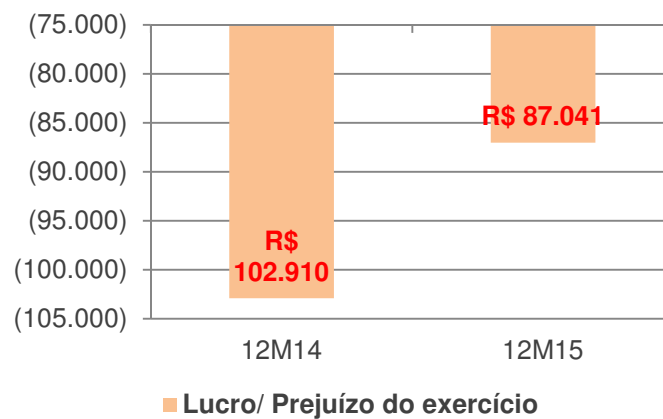
(em milhares de R\$)

No 4º trimestre, a Companhia aferiu Prejuízo Líquido de R\$ 34,5 milhões, apresentando um declínio em relação ao Lucro de R\$ 2,5 milhões registrado no ano anterior.

A redução no Resultado Líquido decorreu, principalmente, por conta do incremento das Despesas Operacionais e redução do Resultado da Equivalência Patrimonial.



No ano de 2015 foi registrado Prejuízo de R\$ 87,0 milhões, apresentando uma melhora de 15,4% em relação ao Prejuízo Líquido de 2014.



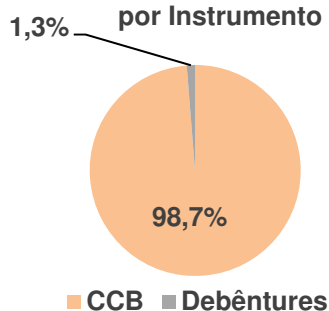


ENDIVIDAMENTO

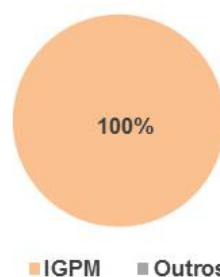
No ano de 2015, conforme dados da tabela abaixo, ocorreu uma redução de 20% da Dívida Bruta, em relação ao mesmo período de 2014. O custo da Dívida em Moeda Nacional foi mantido, em 9,52%. Houve um pequeno incremento na participação da Parcela de Curto Prazo.

Endividamento	Unidade	12M15	12M14
Dívida Bruta em R\$	R\$ milhões	429.928	489.491
Custo da Dívida (Moeda Nacional)	%a.a	9,52%	9,52%
Parcela de Curto Prazo	%	39,22%	26,37%
Caixa e Equivalente de caixa em R\$	R\$ milhões	35	143.041
Dívida Líquida	R\$ milhões	429.893	346.630

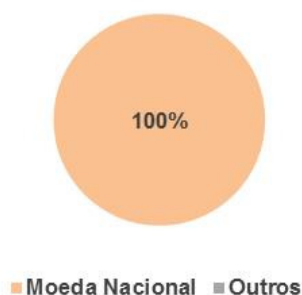
Endividamento Bruto por Instrumento



Endividamento Bruto por Indexador



Endividamento Bruto por Moeda



Obs: Os dados acima não incluem o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial: New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e Cia Energética Uruguai – CEU.



EBITDA

(em R\$ milhares)	4T14	4T15	12M14	12M15
Receita líquida de vendas + Leasing	22.285	21.323	82.073	85.245
Composição do EBITDA	4T14	4T15	12M14	12M15
Resultado líquido do Período	2.478	(34.547)	(102.910)	(87.041)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	7.734	(4.356)	32.598	15.107
(+/-) IR/CSLL	(18.526)	7.009	(21.278)	4.634
(+) Depreciação/Amortização	2.592	3.152	10.334	12.515
(+) Leasing*	7.746	8.064	30.481	31.887
Equivalência Patrimonial	(11.596)	(21.969)	37.009	58.454
EBITDA	(9.572)	(42.647)	(13.766)	35.556
Margem EBITDA	-43,0%	-200,0%	-16,8%	41,7%

*Conforme CPC 06

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

No ano de 2015 foram realizadas doze Reuniões do Conselho de Administração da Multiner.

No início de março, foi aprovada a celebração do contrato de comodato com cláusula de eficácia entre Multiner S.A. e Bolognesi Energia S.A.

Em RCA realizada no final de abril, os Srs. Conselheiros aprovaram a contratação da empresa Boucinhas, Campos & Conti para prestação de serviços de auditoria independente da Companhia no exercício de 2015.

No mês de outubro foi deliberado o aditamento das Cédulas de Crédito Bancário de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela Rio Amazonas S.A. e New Energy Options. No final do mesmo mês, foi dada ciência das renúncias, do Sr. Paulo Cesar Rutzen ao cargo de Diretor Presidente da Companhia e do Sr. Giancarlo Porto Bratowski ao cargo de Diretor Técnico da Companhia. E foram aprovadas as eleições, do Sr. Ronaldo Marcelio Bolognesi, ao cargo de Diretor Presidente Interino, e a eleição do Sr. José Faustino da Costa Cândido, ao cargo de Diretor Técnico.

Em meados de novembro, o Conselho de Administração autorizou a Multiner S.A. a avaliar o Contrato de Prestação de Fiança e sua respectiva Nota Promissória, a ser firmado entre BicBanco e New Energy Options Geração de Energia. Também foram deliberadas, no mesmo mês, as aprovações da Políticas de Compartilhamento de Custos e de Partes Relacionadas.



No fim do ano, no mês de dezembro, foram deliberadas a ratificação da eleição do Sr. Ronaldo Marcelo Bolognesi, ao cargo de Diretor Presidente Interino, e da eleição do Sr. José Faustino da Costa Cândido, ao cargo de Diretor Técnico da Companhia e a aprovação do Orçamento 2015 da Companhia.

No dia 21 de março de 2016, foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a eleição do Sr. Ricardo Nino Machado Pigatto ao cargo de Diretor Presidente da Companhia.

AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM n.º 381/03, a Multiner S.A. informa que a Boucinhas, Campos & Conti, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM Nº 381/03, informamos:

- a) Serviços de Revisão Fiscal – Verificação dos cálculos de impostos e cumprimento de todas as obrigações acessórias da Multiner e suas controladas. Data da Contratação: 30/04/15;
- b) Valor total dos honorários pagos para o serviço de Revisão Fiscal foi de R\$ 58.200,00, representando 39,9% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa;
- c) A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.
- d) Ainda, em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM 381/03, que determina que o auditor deverá declarar à administração das Entidades Auditadas as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, a Boucinhas, Campos & Conti declara que “considerando a natureza do serviço prestado que consistiu em uma revisão fiscal com objetivo de verificar o correto cumprimento das obrigações principais e acessórias da Companhia, é nosso entendimento que tal serviço auxilia a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não compromete a independência, a objetividade e o ceticismo profissional com relação ao serviço de auditoria das demonstrações financeiras.”



BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R\$

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	35	143.041	Empréstimos e Financiamentos	168.609	165.027
Aplicações financeiras vinculadas	672	1.769	Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória	74.041	9.130
Contas a receber	145.964	153.379	Fornecedores	168.182	164.028
Adiantamentos a fornecedores	1.322	939	Salários e encargos sociais	710	672
Pagamentos antecipados	572	419	Obrigações fiscais	13.125	12.689
Impostos a recuperar	10.939	11.027	Débitos com partes relacionadas	10	10
Arrendamento financeiro a receber	14.586	12.883	Outros	968	791
Bens disponíveis para a venda	147	147			
Outros créditos	488	534			
				425.645	352.347
	174.725	324.138			
Não circulante			Não circulante		
Adiantamentos a fornecedores	761	2.788	Empréstimos e Financiamentos	261.320	324.644
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.026	7.026	Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória	-	52.060
Creditos com partes relacionadas	459.651	369.781	Obrigações fiscais	7.165	15.545
Impostos diferidos	17.960	20.351	Provisão para passivo a descoberto	45.536	1.819
Impostos e Contribuições a Recuperar	43.759	39.132	Fornecedores	3.374	3.374
Arrendamento financeiro a receber	186.392	191.130	Impostos diferidos	38.910	44.896
Depósitos vinculados	286	255	Provisão para contingências	45.034	35.170
			Contas a Pagar	4	3
	715.835	630.463	Débitos com partes relacionadas	-	-
			Outros	4.656	3.950
				405.999	481.461
Investimentos	-	14.737	Patrimônio líquido		
Propriedades para investimento	5.298	5.298	Capital social	855.828	855.811
Imobilizado	27.978	26.062	Reservas de capital	543.916	543.916
Intangível	206.460	218.786	Prejuízos acumulados	(1.101.086)	(1.014.049)
	955.571	895.346	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	298.658	385.678
			Participação de não controladores	(6)	(2)
				298.652	385.676
Total do Ativo	1.130.296	1.219.484	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.130.296	1.219.484



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R\$

	Consolidado	
	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014
Receita líquida de vendas	53.358	51.592
Custo de Produção	(19.097)	(21.390)
Lucro Bruto	34.261	30.202
Despesas Gerais e Administrativas	(31.451)	(30.405)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(11.656)	(54.378)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(8.846)	(54.581)
Receitas Financeiras	91.194	75.820
Despesas Financeiras	(106.301)	(108.418)
Financeiras líquidas	(15.107)	(32.598)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	(58.454)	(37.009)
Resultado antes dos impostos	(82.407)	(124.188)
Imposto de Renda e CSLL Correntes	(8.228)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	3.594	21.278
Prejuízo do exercício	(87.041)	(102.910)
Prejuízo atribuível aos :		
Acionistas controladores	(87.037)	(102.908)
Acionistas não controladores	(4)	(2)
Prejuízo do exercício	(87.041)	(102.910)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	14.721	7.601
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$	(6)	(14)



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM Nº 480/09, a Diretoria da Multiner declara que reviu, discutiu, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Multiner S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7	142.025	35	143.041
Aplicações financeiras vinculadas	7	670	1.767	672	1.769
Contas a receber	8	-	-	145.964	153.379
Adiantamentos a fornecedores	9	1.129	927	1.322	939
Pagamentos antecipados		123	108	572	419
Impostos a recuperar	10	-	-	10.939	11.027
Arrendamento financeiro a receber	29	-	-	14.586	12.883
Bens disponíveis para a venda		-	-	147	147
Outros créditos		1	3	488	534
		<u>1.930</u>	<u>144.830</u>	<u>174.725</u>	<u>324.138</u>
Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	9	122	122	761	2.788
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	7.212	10.505	7.026	7.026
Creditos com partes relacionadas	18	546.240	369.781	459.651	369.781
Impostos diferidos	10	-	-	17.960	20.351
Impostos e Contribuições a Recuperar	10	2.134	2.106	43.759	39.132
Arrendamento financeiro a receber	29	-	-	186.392	191.130
Depósitos vinculados		212	179	286	255
		<u>555.920</u>	<u>382.693</u>	<u>715.835</u>	<u>630.463</u>
Investimentos	11	93.869	107.696	-	14.737
Propriedades para investimento	12	5.298	5.298	5.298	5.298
Imobilizado	13	154	254	27.978	26.062
Intangível	14	264	325	206.460	218.786
		<u>655.505</u>	<u>496.266</u>	<u>955.571</u>	<u>895.346</u>
Total do Ativo		<u>657.435</u>	<u>641.096</u>	<u>1.130.296</u>	<u>1.219.484</u>

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	15	5.522	4.565	168.609	165.027
Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória		11.043	9.130	74.041	9.130
Fornecedores	16	1.152	1.046	168.182	164.028
Salários e encargos sociais		562	515	710	672
Obrigações fiscais	17	1.114	408	13.125	12.689
Débitos com partes relacionadas	18	-	-	10	10
Outros		10	-	968	791
		<u>19.403</u>	<u>15.664</u>	<u>425.645</u>	<u>352.347</u>
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	261.320	324.644
Emprést. e Financ. - Conversão obrigatória		-	-	-	52.060
Obrigações fiscais	17	99	-	7.165	15.545
Provisão para passivo a descoberto	11	269.449	175.689	45.536	1.819
Fornecedores	16	-	-	3.374	3.374
Impostos diferidos	10	-	-	38.910	44.896
Provisão para contingências	19	1.157	1.564	45.034	35.170
Contas a Pagar		4	3	4	3
Débitos com partes relacionadas	18	68.665	62.498	-	-
Outros		-	-	4.656	3.950
		<u>339.374</u>	<u>239.754</u>	<u>405.999</u>	<u>481.461</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20	855.828	855.811	855.828	855.811
Reservas de capital		543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.101.086)	(1.014.049)	(1.101.086)	(1.014.049)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>298.658</u>	<u>385.678</u>	<u>298.658</u>	<u>385.678</u>
Participação de não controladores					
		-	-	(6)	(2)
		<u>298.658</u>	<u>385.678</u>	<u>298.652</u>	<u>385.676</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>657.435</u>	<u>641.096</u>	<u>1.130.296</u>	<u>1.219.484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014
	Nota			
Receita líquida de vendas	21	-	53.358	51.592
Custo de produção	23	-	(19.097)	(21.390)
Lucro Bruto		-	34.261	30.202
Despesas Gerais e Administrativas	22	(10.429)	(31.451)	(30.405)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	24	(2.673)	(11.656)	(54.378)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(13.102)	(8.846)	(54.581)
Receitas Financeiras	26	62.330	91.194	75.820
Despesas Financeiras	26	(16.104)	(106.301)	(108.418)
Financeiras líquidas	26	46.226	(15.107)	(32.598)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		(111.939)	(58.454)	(37.009)
Resultado antes dos impostos		(78.815)	(82.407)	(124.188)
Imposto de Renda e CSLL Correntes		(8.222)	(8.228)	-
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		-	3.594	21.278
Prejuízo do exercício		(87.037)	(87.041)	(102.910)
Prejuízo atribuível aos :				
Acionistas controladores	28	(87.037)	(87.037)	(102.908)
Acionistas não controladores		-	(4)	(2)
Prejuízo do exercício		(87.037)	(87.041)	(102.910)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)			14.721	7.601
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$			(6)	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Receita de vendas	-	-	96.729	94.508
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	62.330	45.161	91.194	75.820
Resultado de equivalência patrimonial	(111.939)	(101.109)	(58.454)	(37.009)
Insumos adquiridos de terceiros				
Matéria prima e insumos	-	-	(19.097)	(21.390)
Serviços de terceiros e outros	(8.910)	(30.103)	(21.898)	(68.345)
Retenções				
Depreciação e amortização	(247)	(126)	(12.515)	(10.334)
Valor adicionado a distribuir	<u>(58.766)</u>	<u>(86.177)</u>	<u>75.959</u>	<u>33.250</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e encargos sociais	-	-	2.942	2.587
Remuneração direta	-	-	2.096	1.864
Benefícios	-	-	667	549
FGTS	-	-	179	174
Honorários dos administradores	1.857	1.918	1.877	1.941
Remuneração direta	1.857	1.663	1.877	1.686
Benefícios	-	255	-	255
	<u>1.857</u>	<u>1.918</u>	<u>4.819</u>	<u>4.528</u>
Tributos				
Federais	10.201	(13.726)	19.221	(8.169)
Estaduais	85	1	32.634	31.356
Municipais	24	27	25	27
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações monetárias	16.104	28.511	106.301	108.418
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(87.037)	(102.908)	(87.037)	(102.908)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4)	(2)
Valor adicionado distribuído	<u>(58.766)</u>	<u>(86.177)</u>	<u>75.959</u>	<u>33.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(87.037)	(102.908)	(87.037)	(102.908)
Ajustes para:				
Depreciação	223	97	223	99
Amortização	24	28	12.291	10.237
Ativo permanente baixado	1	23.666	38	23.666
Amortização de custos de captação	-	167	-	167
Encargos de financiamentos	2.870	8.781	88.109	78.028
Resultado de equivalência patrimonial	111.939	101.109	58.454	37.009
Baixa de Intangível	37	1	-	-
Baixas de investimentos	1.623	646	-	-
Provisão/Reversão para Contingências	(407)	664	9.864	32.934
Reversão de Bônus	-	(300)	-	(300)
Impostos de renda e contribuição social	8.222	-	8.228	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	(14.113)	(3.595)	(21.278)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4)	(2)
	<u>37.495</u>	<u>17.838</u>	<u>86.571</u>	<u>57.652</u>
Aumento (redução) nos ativos/passivos				
De contas a receber e outras contas a receber	-	-	7.415	(11.656)
De adiantamentos a fornecedores	(202)	2.061	1.644	3.660
De partes relacionadas	(170.292)	(81.152)	(89.870)	(102.296)
De impostos a recuperar	(28)	4.010	(4.539)	(369)
De pagamentos antecipados	(15)	(43)	(153)	(43)
De adiantamento para futuro aumento de capital	(2.682)	521	-	4.000
De arrendamento financeiro a receber	-	-	3.035	2.009
De depósitos vinculados	(33)	427	(31)	427
De outros créditos	2	-	46	(397)
De obrigações fiscais	(7.417)	(4.964)	(16.172)	(15.213)
De fornecedores	106	(1.740)	4.154	7.850
Do contas a pagar e outros	1	(1.503)	1	(1.502)
De outros passivos	10	(2.528)	883	(1.828)
De salários e outros encargos	47	108	38	76
	<u>(143.008)</u>	<u>(66.965)</u>	<u>(6.978)</u>	<u>(57.630)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras vinculadas	1.097	(1.767)	1.097	(1.768)
Imobilizado - aquisição	(124)	(1.083)	(2.140)	(2.833)
No intangível - aquisição	-	(12)	(2)	(13)
	<u>973</u>	<u>(2.862)</u>	<u>(1.045)</u>	<u>(4.614)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital	17	118.771	17	118.771
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(85.621)	(8.036)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(17.227)	(49.379)	(17.986)
	<u>17</u>	<u>101.544</u>	<u>(134.983)</u>	<u>92.749</u>
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento				
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(142.018)	31.717	(143.006)	30.505
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>142.025</u>	<u>110.308</u>	<u>143.041</u>	<u>112.536</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>7</u>	<u>142.025</u>	<u>35</u>	<u>143.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Ajustado		Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 - Ajustado	647.314	465.801	78.115	(911.141)	280.089	-	280.089
Aumento de capital através de integralização de ações	208.497				208.497		208.497
Prejuízo do exercício	-	-	-	(102.908)	(102.908)	(2)	(102.910)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	855.811	465.801	78.115	(1.014.049)	385.678	(2)	385.676
Aumento de capital através de integralização de ações	17				17		17
Prejuízo do exercício				(87.037)	(87.037)	(4)	(87.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	855.828	465.801	78.115	(1.101.086)	298.658	(6)	298.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2015</u> à <u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2014</u> à <u>31/12/2014</u>	<u>01/01/2015</u> à <u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2014</u> à <u>31/12/2014</u>
Lucro Líquido do Exercício	(87.037)	(102.908)	(87.041)	(102.910)
Outros componentes do resultado abrangentes:				
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(87.037)</u>	<u>(102.908)</u>	<u>(87.041)</u>	<u>(102.910)</u>
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(87.037)	(102.908)	(87.037)	(102.908)
Acionistas não controladores	-	-	(4)	(2)
Resultado abrangente total	<u>(87.037)</u>	<u>(102.908)</u>	<u>(87.041)</u>	<u>(102.910)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Relatório sobre as Demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de
2015 e 2014

CONTEÚDO

Página

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	2
2.	SOCIEDADES DA COMPANHIA	2
3.	BASE DE PREPARAÇÃO	4
4.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
5.	DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	17
6.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
7.	APLICAÇÕES VINCULADAS	19
8.	CONTAS A RECEBER	19
9.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	20
10.	IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS	20
11.	INVESTIMENTOS	22
12.	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	25
13.	IMOBILIZADO	26
14.	INTANGÍVEL	27
15.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	29
16.	FORNECEDORES	33
17.	OBRIGAÇÕES FISCAIS	33
18.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
19.	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	36
20.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
21.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	44
22.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	45
23.	CUSTO DAS VENDAS	45
24.	OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	46
25.	DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS	46
26.	RESULTADO FINANCEIRO	47
27.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO	47
28.	RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO	55
29.	ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER	55

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Bolognesi Energia S.A. (34%), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (18%), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, empresas do Grupo Bolognesi*. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48%).

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

()O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Deste total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas. Porém, se considerarmos ainda os projetos do Grupo em desenvolvimento, a capacidade total instalada do portfólio atinge 3,4 GW. Em março de 2012, o Grupo Bolognesi adquiriu a Multiner S.A mediante contrato de reorganização financeira. O fechamento do devido contrato ocorreu em julho de 2014 e levou a criação da MESA S.A, cujo o objetivo social é a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A reorganização financeira levou a conversão de dívidas em equity pelas entidades fechadas do Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP”) e, ao mesmo tempo, convencionou-se o cronograma para novos aportes por parte do Grupo Bolognesi.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Os parques eólicos estão em operação desde 2010 e 2011, respectivamente. A sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras para a venda de energia pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui os 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações anuais incluem:

As demonstrações anuais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações anuais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade- CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações anuais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

Algumas adequações foram procedidas nas informações anuais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações anuais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Dessa forma, as informações anuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações anuais utilizadas na preparação das informações anuais consolidadas em IFRS, conforme previsto no CPC 43- Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de março de 2016, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações anuais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações anuais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações anuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações anuais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 12 - Propriedade para investimento
Nota 29 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 8 - Contas a receber
Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido
Nota 11 - Investimentos
Nota 14 - Intangível
Nota 19 - Contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações anuais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, publicadas na CVM em 31 de março de 2015.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	31/12/2015	31/12/2014
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no período findo em 31 de dezembro de 2015 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas informações anuais individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.3. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.4. Controladas e controladas em conjunto

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.5. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.6. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.6.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.6.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.7. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.8. Imobilizado

4.1.8.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.8.2. Reclassificação para propriedade para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.8.2.1. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.8.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.9. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 14.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 14.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.9.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.9.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.9.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.10. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 12.

4.1.11. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a , nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.12. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 29.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.13. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.13.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.13.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.14. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

4.1.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 21, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadram como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.17. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

4.1.19. Informação por segmento de negócio

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.20. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.21. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, está sendo apresentada, porém não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

4.1.22. Novas normas e interpretações

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.

- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 11 Negócios em Conjunto – A Companhia participante de um joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a cominação de negócio, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- Alteração no IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização – Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – A revisão cria a possibilidade de adoção do método de equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IFRS 10, IFRS 12, IAS 28 Entidade de investimento – Exceções a regra de consolidação – Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a Companhia que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração do IAS 1 – Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 7 Contratos de serviços – Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A Confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atendem as definições descritas na norma, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Legislação Tributária

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que em 13 de maio de 2014 foi convertida em Lei 12.973:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior ; e
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Refis da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A Administração da Companhia avaliou estas alterações, não optou pela revogação do RTT em 2014 e concluiu não haver efeitos financeiros a partir de 2015, somente mudanças no layout da ECF do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos intangíveis

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

c. Contas a receber de arrendamento financeiro

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 29.

d. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	3	1	3	1
Bancos conta movimento	4	520	31	1.533
Aplicações financeiras	-	141.504	1	141.507
	<u>7</u>	<u>142.025</u>	<u>35</u>	<u>143.041</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Taxa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CCBs IGPM + 9 a 10%	-	141.504	-	141.504
Itaú - Aplic. Automáticas	-	-	1	3
	<u>-</u>	<u>141.504</u>	<u>1</u>	<u>141.507</u>

Os valores de aplicação de R\$ 141.504 atualizados são referentes à subscrição de ações em 27 de dezembro de 2013 e 14 de julho de 2014, pelo FIP Multiner, conforme descrito na nota explicativa nº 20.

Em 30 de setembro de 2015 esses valores foram transferidos para a conta de partes relacionadas conforme item “a” da nota explicativa nº 18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

7. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Título de Renda Fixa 80% CDI	670	1.767	670	1.767
Itaú Cash DI	-	-	2	2
	<u>670</u>	<u>1.767</u>	<u>672</u>	<u>1.769</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	22.675	21.491
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	123.289	131.888
	<u>145.964</u>	<u>153.379</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- 1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:
 - i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de novembro e dezembro de 2015, no valor de R\$ 18.087
 - ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de novembro e dezembro de 2015, no valor de R\$ 4.588.
- 2) Valores a receber de R\$ 123.289 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 27.

9. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda	-	-	-	2.016
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber	625	425	625	425
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Wartsila Switzerland	-	-	180	-
Outros	73	71	203	211
Total	1.251	1.049	2.083	3.727
Circulante	1.129	927	1.322	939
Não Circulante	122	122	761	2.788

10. Impostos a recuperar e diferidos

10.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	306	258	41.309	36.089
COFINS	1.281	1.281	4.504	5.039
PIS	278	278	978	1.094
Imposto de renda sobre serviços	-	-	5.225	5.481
Contribuição social sobre serviços	-	-	1.280	1.343
ICMS	-	-	1.025	706
Outros	269	289	377	407
Total	2.134	2.106	54.698	50.159
Circulante	-	-	10.939	11.027
Não Circulante	2.134	2.106	43.759	39.132

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

10.2. Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante o exercício apresentados:

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2014	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/12/2015	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	942	2.038	942
2007 Participações S.A	19.255	(3.333)	15.922	(3.333)
Total	20.351	(2.391)	17.960	(2.391)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2014	Imposto diferido sobre diferenças temporárias	Saldo final 31/12/2015	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(43.080)	4.170	(38.910)	4.170
Rio Amazonas S.A.	(1.816)	1.816	-	1.816
Total	(44.896)	5.986	(38.910)	5.986

Os saldos constantes na linha de Impostos diferidos ativos e passivos é basicamente representado pelo ajuste do valor justo na controlada Rio Amazonas Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

11. Investimentos

11.1. Composição de saldo

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
New Energy Options Geração de Energia S.A.	-	14.737
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	2.114	1.244
Termelétrica Termopower V S.A.	16	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	24	-
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	93.869	107.696

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A. no valor de R\$76.212 e o ágio apurado na aquisição da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. no valor de R\$15.503, conforme nota explicativa nº 14.

11.2. Composição do Investimento

	Controladora				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Transferência do Passivo a Descoberto	
New Energy Options Geração de Energia S.A.	14.737	-	-	(14.737)	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.244	(76)	946	-	2.114
Termelétrica Termopower V S.A.	-	7	242	(233)	16
Termelétrica Termopower VI S.A.	-	24	172	(172)	24
	15.981	(45)	1.360	(15.142)	2.154

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

11.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

	Controladora					
	PL negativo em 31/12/14	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de Capital	Ajuste entre contas	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/12/15
2007 Participações S.A.	(150.950)	(38.598)		-	(1.623)	(191.171)
New Energy Op. Ger.de Energia S.A.	-	(58.454)		14.737	-	(43.717)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-		-	-	(1.819)
Termelétrica Itapebi S.A.	(21.862)	(14.807)	4.532	-	-	(32.137)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(653)	(35)	83	-	-	(605)
Termelétrica Termopower V S.A.	(198)	-		198	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	(207)	-		207	-	-
Total	(175.689)	(111.894)	4.615	15.142	(1.623)	(269.449)

	Consolidado			
	PL negativo em 31/12/14	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ajuste entre Contas	PL negativo em 31/12/15
New Energy Op. Ger.de Energia S.A.	-	(58.454)	14.737	(43.717)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.819)	-	-	(1.819)
Total	(1.819)	(58.454)	14.737	(45.536)

11.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	15.503	15.503
	91.715	91.715

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

11.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2014												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	176.571	440.059	616.630	349.785	417.794	767.579	(150.949)	84.280	(113.654)	(29.374)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.748	899.842	1.062.590	51.357	992.811	1.044.168	18.422	161.654	(207.911)	(46.257)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	436	23.264	23.700	7.984	37.579	45.563	(21.863)	3.159	(37.764)	(34.605)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	144	5.075	5.219	1.489	2.487	3.976	1.243	2	(718)	(716)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.668	10.668	721	12.509	13.230	(2.562)	-	(4)	(4)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	6	7	604	56	660	(653)	-	(40)	(40)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	24	1	25	60	198	258	(233)	2	(202)	(200)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	25	0	25	61	137	198	(173)	2	(128)	(126)
	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2015												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	169.853	431.460	601.313	409.211	338.272	792.483	(191.170)	91.827	(132.049)	(40.222)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	153.789	872.103	1.025.892	270.882	809.656	1.080.538	(54.646)	168.902	(241.969)	(73.067)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	577	23.264	23.841	10.312	45.667	55.979	(32.138)	1.557	(16.364)	(14.807)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	167	5.076	5.243	1.418	1.711	3.129	2.114	4	(79)	(75)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.669	10.669	721	12.509	13.230	(2.561)	-	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	0	5	5	610	0	610	(605)	4	(39)	(35)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	32	0	32	6	9	15	17	8	(1)	7
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	30	0	30	7	0	7	23	28	(5)	23

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

11.6. *Comprometimento de capital*

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R\$ 1.068 restantes na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner concedeu mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., com a finalidade de promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A.

12. **Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

	Controladora						Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação		
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	425	20	131	28	284	888	
Adições	101	-	-	-	23	124	
Baixas	-	-	(2)	-	-	(2)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	526	20	129	28	307	1.010	
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(337)	(11)	(65)	(18)	(203)	(634)	
Adições	(189)	(2)	(9)	(2)	(21)	(223)	
Baixas	-	-	1	-	-	1	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(526)	(13)	(73)	(20)	(224)	(856)	
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2014	88	9	66	10	81	254	
Em 31 de dezembro 2015	-	7	56	8	83	154	

	Consolidado								
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	67	425	20	142	28	288	74.120	(48.387)	26.703
Adições	-	101	-	-	-	23	2.016	-	2.140
Baixas	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67	526	20	140	28	311	76.136	(48.387)	28.841
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(337)	(11)	(69)	(18)	(206)	-	-	(641)
Adições	-	(189)	(2)	(9)	(2)	(21)	-	-	(223)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(526)	(13)	(77)	(20)	(227)	-	-	(863)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2014	67	88	9	73	10	82	74.120	(48.387)	26.062
Em 31 de dezembro de 2015	67	-	7	63	8	84	76.136	(48.387)	27.978

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2015 a administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

14. Intangível

a. Composição do saldo

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	114.442	126.706
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	10	71	15	77
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>264</u>	<u>325</u>	<u>206.460</u>	<u>218.786</u>

(i) Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 11 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

- (ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.
- (iii) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

		Custo Controladora			
		Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
	Prazos de vida útil				
Software	5 anos	168	-	(71)	97
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
		<u>422</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>351</u>
		Amortização Controladora			
		Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Software		(97)	(24)	34	(87)
		<u>325</u>	<u>(24)</u>	<u>(37)</u>	<u>264</u>
		Custo Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Software	5 anos	245	2	(71)	176
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	20 anos	167.534	-	-	167.534
		<u>259.782</u>	<u>2</u>	<u>(71)</u>	<u>259.713</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Amortização Consolidado			Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	
Software	(168)	(27)	34	(161)
Contrato de compra de energia	(40.828)	(12.264)	-	(53.092)
	(40.996)	(12.291)	34	(53.253)
	218.786	(12.289)	(37)	206.460

15. Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Conversão Obrigatória

Conforme item (f) 2.2.2 do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A., o valor de R\$ 69.947, referem-se a obrigatoriedade da conversão de dívidas em capital, após concluída a listagem da Multiner S.A no segmento Bovespa Mais.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 27. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro (R\$)	17,26%	5.522	4.565
Capital de giro (R\$) - Conversão Obrigatória	17,26%	11.043	9.130
		16.565	13.695
Circulante		16.565	13.695

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro (R\$)	17,26%	5.449	4.565
Capital de giro (R\$) – Conversão Obrigatória	17,26%	10.898	9.130
Financiamento de Investimento (R\$)	17,20%	163.160	160.462
Financiamento de Invest. (R\$) – Conversão obrigatória	17,20%	63.143	-
		242.650	174.157

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Financiamento de Investimento (R\$)	16,34%	261.320	324.644
Financiamento de Invest. (R\$) - Conversão Obrigatória	16,34%	-	52.060
		261.320	376.704

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
IGPM	17,24%	168.609	165.027
IGPM - Conversão Obrigatória	17,24%	74.041	9.130
		242.650	174.157

Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
IGPM	16,34%	261.320	324.644
IGPM - Conversão Obrigatória	16,34%	-	52.060
		261.320	376.704

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	13.695
2016	16.565	-
	<u>16.565</u>	<u>13.695</u>

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	174.157
2016	242.650	112.850
2017	17.712	17.762
2018	19.658	19.802
2019	21.230	21.386
2020	22.929	23.096
2021 em diante	179.791	181.808
	<u>503.970</u>	<u>550.861</u>

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias encerraram a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada Rio Amazonas S.A. tem passivo vencido de CCBs de aproximadamente R\$ 92.281, valor que não considera as CCBs de titularidade da Multiner S.A.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal e incluindo juros a vencer, na Nota Explicativa nº 27.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tem vencimento à partir de 31 de janeiro de 2015.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS. Eletra – Fundação CELG de Seguros e Previdência, FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas o seguinte: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não haverá pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativa Engenharia e Participações Ltda	-	113	-	113
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	9.089	6.901
Davis Polk & Wardwell	539	367	539	367
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	684
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	283	283	283
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	-	130.884	135.219
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	9.675	9.526
Wartsila Finland	-	-	5.132	3.896
Wartsila Switzerland	-	-	6.961	3.700
Outros	330	283	3.832	2.236
Total	1.152	1.046	171.556	166.679
Circulante	1.152	1.046	168.182	164.028
Não circulante	-	-	3.374	3.374

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC), conforme destacado na Nota Explicativa nº8.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 27.

17. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRF	389	-	391	-
ICMS	-	-	2.884	2.880
IOF	340	398	481	502
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	15.545	24.024
Parcelamento ITR	128	-	128	-
Outros	356	10	861	828
Total	1.213	408	20.290	28.234
Circulante	1.114	408	13.125	12.689
Não Circulante	99	-	7.165	15.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

- 1) O valor de R\$ 15.545 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA que, em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas para parcelamento (saldo inicial no valor de R\$ 46.321).

18. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Administradores (pró-labore)	1.420	1.138	1.442	1.163
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	808	763	808	763
Comitê Financeiro (Honorários)	-	78	-	78
Total	<u>2.228</u>	<u>1.979</u>	<u>2.250</u>	<u>2.004</u>

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de fechamento de 14 de janeiro de 2016 . Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo Não Circulante:									
CCBs	CCBs	-	-	Controlada	New Energy Options S.A. (a)	69.853	-	69.853	-
CCBs	CCBs	-	-	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.(a)	86.589	-	-	-
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm. e Par.t Ltda	48.348	44.432	48.348	44.432
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	2.421	2.420	2.421	2.420
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term Elétrica Itapebi S.A.	165	2.311	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term. Elétrica Monte Pascoal S.A.	-	776	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV S.A.	-	56	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações S.A.	11	1	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	10	198	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	-	137	-	-
Valores a Receber	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm e Part Ltda	17.117	15.113	17.117	15.113
Contrato de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A (b)	200.011	175.923	200.011	175.923
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	15.800	39.184	15.800	39.184
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionadas	Central Energética Palmeiras S.A.	48.126	42.236	48.126	42.236
Contrato de Mútuo	Pagamento Despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	14.632	12.434	14.632	12.434
Contrato de Mútuo	Repasse Créditos Wartsilla	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termeletrica Pernambuco III S.A.	10.342	9.077	10.342	9.077
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(c)	33.001	28.962	33.001	28.962
Não Circulante:						<u>553.452</u>	<u>380.286</u>	<u>466.677</u>	<u>376.807</u>
						Controladora		Consolidado	
Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Tecnologia S.A.	-	-	10	10
Circulante:						<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Passivo Não Circulante:

Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	68.665	62.498	-	-
Não Circulante:						<u>68.665</u>	<u>62.498</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Resultado do Período

						31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	3.015	1.481	3.015	1.481
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	3.479	2.158	3.479	2.158
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	28.577	19.928	28.577	19.928
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Central Energetica Palmeira	5.890	2.157	5.890	2.157
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações LTDA	5.920	4.654	5.920	4.654
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(8.433)	(6.210)	-	-
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	(56)	-	(56)
Resultado:						<u>38.448</u>	<u>24.112</u>	<u>46.881</u>	<u>30.322</u>

- (a) Refere-se a CCBs adquiridos no âmbito do Contrato de Financiamento e Reorganização da Multiner. Ao termino do cumprimento do mesmo os valores serão convertidos em capital nas controladas.
- (b) O valor de R\$ 200.011 é referente ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Participações S.A. cujo valor principal é de R\$ 150.000 e juros de R\$ 50.011. Esse valor será utilizado quando da capitalização indireta de Mesa S.A, conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014.
- (c) Trata-se da assunção de dívida dos antigos sócios da Companhia no valor de R\$ 33.001, sendo R\$23.542 de principal e juros de R\$ 9.459.

19. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a Medabil e a Itapebi para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1.336
Itapebi	Provisão processo Arbitragem Caterpillar AG (a)	-	-	42.504	32.270
RAESA	Contingências trabalhistas diversas (b)			37	
Multiner	Contingências trabalhistas diversas (b)	1.157	1.564	1.157	1.564
		<u>1.157</u>	<u>1.564</u>	<u>45.034</u>	<u>35.170</u>

a) A Companhia realizou a provisão de € 10,000,000.00 em relação ao processo de Arbitragem da Caterpillar, cujo valor arbitrado foi de € 5.175.651,00 em desfavor da Companhia. Todavia, para tal saldo devedor deve ser acrescentado juros diários de € 1.276,00.

b) Valores de provisões de contingências trabalhistas referentes a processos da antiga gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Risco possível			
Empresa	Descrição dos processos	Controladora	Consolidado
		31/12/2015	31/12/2015
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bicomustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e,	-	35.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.

Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35.000	35.000
Total		<u>67.938</u>	<u>232.065</u>

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível e ambiental, cujo montante é de R\$ 33.600.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

20. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de 855.828 (R\$ 855.811 em 31 de dezembro de 2014), composto por 14.721.296 ações, sendo 7.877.739 ordinárias e 6.843.557 ações preferenciais. Todas as ações emitidas foram integralizadas. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a composição acionária era a seguinte:

31/12/2015

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Energia S.A.	2.708.335	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	<u>14.721.296</u>	<u>7.877.739</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>6.532.211</u>	<u>311.344</u>

31/12/2014

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	2.413.596	2.413.594	1	1	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	5.187.644	1.488.360	-	-	3.048.944	650.340
	<u>7.601.240</u>	<u>3.901.954</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3.048.944</u>	<u>650.340</u>

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam; (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações e R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Participações S.A.; (ii) alteração das características de ações preferenciais; (iii) emissão de três lotes de bônus de subscrição e; (iv) outros créditos no valor de R\$ 236.663, serão capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações: (i) conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B; (ii) aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. e (iii) alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A..

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações: (i) a aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA; (ii) a conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários; e (iii) ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o item “i” acima.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações : (i) a conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B; (ii) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias; e (iii) alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.362 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis. Em 14 de julho de 2014 conforme primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia foi realizado o ajuste na conversão das ações preferenciais no valor de R\$196.439. Em 2016 a Companhia deliberará em Assembleia Geral a transferência do valor de R\$ 465.801 ora registrado na conta “Reserva de Ágio” para a conta de “Capital Social”, alterando assim o artigo 5º do Estatuto Social.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

21. Receita operacional

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	103.788	100.259
Operação e Manutenção	25.849	25.043
	<u>129.637</u>	<u>125.302</u>
Deduções:		
PIS	(1.955)	(2.067)
COFINS	(9.007)	(9.523)
ICMS	(32.409)	(31.326)
Leasing Financeiro - RAESA	(31.887)	(30.481)
Outras deduções	(1.021)	(313)
	<u>(76.279)</u>	<u>(73.710)</u>
Receita líquida de vendas	<u>53.358</u>	<u>51.592</u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$ 1.021 (R\$ 313 em 31 de dezembro de 2014), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 31.887 (R\$ 30.481 em 31 de dezembro 2014), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 29.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a dezembro de 2015, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	-	-	(3.499)	(3.080)
Honorários dos administradores	(2.228)	(1.979)	(2.250)	(2.004)
Tributárias	(1.717)	(99)	(2.944)	(765)
Depreciação/Amortização	(247)	(126)	(12.515)	(10.334)
Consultorias e assessorias em geral	(1.951)	(3.540)	(2.386)	(4.267)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(673)	(667)	(760)	(1.940)
Armazenagem	-	-	(2.063)	(2.002)
Consultoria jurídica	(180)	(798)	(1.056)	(1.022)
Seguros	(129)	(82)	(344)	(182)
Aluguel	(1.735)	(2.173)	(1.757)	(2.181)
Viagens	(367)	(517)	(413)	(538)
Outras despesas	(1.202)	(1.399)	(1.464)	(2.090)
	<u>(10.429)</u>	<u>(11.380)</u>	<u>(31.451)</u>	<u>(30.405)</u>

23. Custo das vendas

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Operação e manutenção	(10.791)	(13.102)
Óleo lubrificante	(2.704)	(2.053)
Material de consumo	(1.917)	(2.801)
Seguros	(257)	(257)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.096)	(3.049)
Outros custos	(332)	(128)
	<u>(19.097)</u>	<u>(21.390)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

24. Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisão perda aquisição 2007 Participações S.A.	(1.624)	(646)	-	-
Provisão/reversão para contingências (1)	(272)	(1.064)	(10.543)	(32.239)
Perda de ativo não recuperável (2)	-	(23.927)	-	(23.927)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(852)	(816)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(1.408)	(683)	(1.408)	(683)
Perda na desativação de bens	(38)	-	(38)	(2.522)
(-) Outras receitas/despesas	669	5.138	1.185	5.809
	<u>(2.673)</u>	<u>(21.182)</u>	<u>(11.656)</u>	<u>(54.378)</u>

(1) O valor de R\$ 32.239 em 31 de dezembro de 2014, refere-se basicamente à provisão para perda do processo de arbitragem da empresa Caterpillar AG., no valor de 10 milhões de euros.

(2) O valor de R\$ 23.927 refere-se a despesas com o não cumprimento de cláusulas contratuais com a Wartsilla.

25. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ordenados e Salários	(2.096)	(1.865)
Encargos Sociais	(736)	(667)
Benefícios	<u>(667)</u>	<u>(548)</u>
	<u>(3.499)</u>	<u>(3.080)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Financeiras				
Varição monetária negativa	(1.250)	(2.907)	(45.573)	(23.247)
Despesa com juros	(1.732)	(11.744)	(45.205)	(62.905)
Despesa com multas	(180)	(2.539)	(485)	(4.070)
Varição cambial negativa	(299)	(123)	(8.834)	(11.434)
Despesa com mútuos	(8.433)	(6.266)	-	(56)
Despesa com IOF & IOC	(4.142)	(4.672)	(5.568)	(6.029)
Outras despesas financeiras	(68)	(260)	(636)	(677)
	<u>(16.104)</u>	<u>(28.511)</u>	<u>(106.301)</u>	<u>(108.418)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	15.081	13.287	15.401	13.584
Varição monetária positiva	5.920	4.654	5.920	4.654
Receita com mútuos	40.960	25.724	40.960	25.724
Varição cambial positiva	335	1.059	4.198	7.524
Atualização monetária s/créditos tributários	33	267	4.053	3.451
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	20.554	20.708
Outras receitas financeiras	1	170	108	175
	<u>62.330</u>	<u>45.161</u>	<u>91.194</u>	<u>75.820</u>
Resultado Financeiro	<u>46.226</u>	<u>16.650</u>	<u>(15.107)</u>	<u>(32.598)</u>

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

	Mensuração	31/12/2015		31/12/2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	7	7	142.025	142.025
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	546.240	546.240	369.781	369.781
		<u>546.247</u>	<u>546.247</u>	<u>511.806</u>	<u>511.806</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	670	670	1.767	1.767
		<u>670</u>	<u>670</u>	<u>1.767</u>	<u>1.767</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	1.152	1.152	1.046	1.046
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	68.665	68.665	62.498	62.498
Contas a pagar	Custo amortizado	4	4	3	3
Financiamentos (Nota 15)		5.522	5.449	4.565	4.506
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo amortizado	11.043	10.898	9.130	9.012
		<u>86.386</u>	<u>86.168</u>	<u>77.242</u>	<u>77.065</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Consolidado

	Mensuração	31/12/2015		31/12/2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	Custo amortizado	35	35	143.041	143.041
Contas a receber (Nota 8)	Custo amortizado	145.964	145.964	153.379	153.379
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	459.651	459.651	369.781	369.781
		<u>605.650</u>	<u>605.650</u>	<u>666.201</u>	<u>666.201</u>
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	672	672	1.769	1.769
		<u>672</u>	<u>672</u>	<u>1.769</u>	<u>1.769</u>
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 16)	Custo amortizado	171.556	171.556	167.402	167.402
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 18)	Custo amortizado	10	10	-	-
Contas a pagar	Custo amortizado	4	4	4	4
Financiamentos (Nota 15)		429.929	410.458	489.671	439.589
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 15)	Custo amortizado	74.041	69.812	61.190	59.359
		<u>675.540</u>	<u>651.840</u>	<u>718.267</u>	<u>666.354</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possui liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Risco de liquidez;
Risco de crédito;
Riscos de mercado:
Taxa de juros; e
Taxa de câmbio.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil 31/12/2015	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	171.556	171.556	31.314	136.868	3.374	-	-
Contas a pagar	4	4	-	-	4	-	-
Partes relacionadas	10	10	10	-	-	-	-
Financiamentos	503.970	503.970	121.325	139.036	19.658	44.159	179.792

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo de reorganização e financiamento da Multiner S.A.

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	-	-	1	3
Créditos com partes com partes relacionadas	18	321.912	369.781	321.912	369.781
Aplicações vinculadas	7	670	1.767	672	1.769
Total		<u>322.582</u>	<u>371.548</u>	<u>322.585</u>	<u>371.553</u>
Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	-	141.504	-	141.504
Total		<u>-</u>	<u>141.504</u>	<u>-</u>	<u>141.504</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	18	(68.665)	(62.498)	-	-
Total		<u>(68.665)</u>	<u>(62.498)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamentos	15	(5.522)	(4.565)	(429.929)	(489.671)
Empréstimos e Financiamentos - Conversão Obrigatória	15	(11.043)	(9.130)	(74.041)	(61.190)
		<u>(16.565)</u>	<u>(13.695)</u>	<u>(503.970)</u>	<u>(550.861)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de dezembro de 2015.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2015, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplic financeiras no mercado aberto	673	Queda CDI	84	63	42
Contratos de mútuo a receber	546.240	Queda CDI	91.366	68.524	45.683
Adiantamentos a fornecedores	42.380	Queda do Euro	19.916	4.342	(11.232)
Adiantamentos a fornecedores	654	Queda do Dólar	549	248	(52)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(503.970)	Alta IGPM	(101.408)	(114.790)	(128.173)
Fornecedores	(65.151)	Alta Euro	30.618	54.560	78.502
Fornecedores	(539)	Alta Dólar	453	700	948

		Impacto em resultado 31/12/2015		
		Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	5.449	5.493	5.536
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão - Conv. Obrigatória	10.898	10.985	11.072
	RAESA - CCB 1ª Emissão	149.007	149.069	149.130
	RAESA - CCB 1ª Emissão - Conv. Obrigatória	58.914	58.914	58.914
	RAESA - CCB 2ª Emissão	256.002	275.808	297.401
		480.270	500.269	522.053
Pós Fixado		480.270	500.269	522.053
		480.270	500.269	522.053

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juro dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

d) Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Os valores demonstrados no item “a”, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

28. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo atribuível aos acionistas	(87.041)	(102.910)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	14.721	7.601
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(6)</u>	<u>(14)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

29. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Leasing financeiro	200.978	204.013
Circulante	14.586	12.883
Não Circulante	<u>186.392</u>	<u>191.130</u>

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após conclusão de que o empreendimento será entregue à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. no final do contrato, foi definido que os registros realizados no imobilizado fossem reconhecidos na conta de Arrendamento Mercantil Financeiro à Receber.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	14.586	12.883
Acima de 1 ano - até 5 anos	66.985	57.992
Mais de 5 anos	119.407	133.138
	<u>200.978</u>	<u>204.013</u>

30. Eventos subsequentes

Em 03 de março de 2016 foram deliberados em Ata de Reunião do Conselho de Administração os seguintes eventos:

- (i) Compensação das Cédulas de Crédito Bancário (“CCB’s) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), no montante de R\$ 68.665, com os Mútuos entre RAESA e Multiner no mesmo valor.
- (ii) Convocação dos acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 31 de março de 2016, para deliberação das seguintes matérias: (a) o aumento de Capital Social da Companhia no montante de R\$ 465.801 milhões, passando de R\$ 855.827 milhões para R\$ 1.322 bilhão; e (b) alteração do

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Artigo 5º do Estatuto Social, com a finalidade de adequá-lo ao aumento de capital, e promover a sua consolidação. Não serão emitidas novas ações.

Ronaldo Marcelo Bolognesi
Diretor Presidente Interino

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Roseane de Albuquerque Santos
Diretora Jurídico, Regulatório e de Relação com Investidores

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
Gerente de Contabilidade
CRC – RJ 073528/O-0

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MULTINER S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Multiner S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à manutenção do saldo de ativo diferido da investida Neo Energy Options Geração de Energia S.A., que reflete na Companhia por meio de equivalência patrimonial, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

9. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 245.237 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2015. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira deverá sofrer um impacto relevante.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

10. Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

11. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 31 de março de 2015, que não conteve nenhuma modificação e ênfases semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 8 e 9.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ